

SEMANAS DE ESTUDOS TEOLÓGICOS  
FACULDADE DE TEOLOGIA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

---

# ÉTICA: CONSCIÊNCIA E VERDADE



FACULDADE DE TEOLOGIA

**BREVE TEOLOGIA  
DA CONSCIÊNCIA MORAL**

**JORGE TEIXEIRA DA CUNHA**

Faculdade de Teologia – Porto

Gostava de escolher e de compreender a minha estrada.  
Agora, prefiro suplicar: Senhor ensina-me Tu!

(Newman)

O cristianismo elevou cada ser humano à qualidade de aparição do absoluto com rosto concreto. Por isso fez da consciência moral da pessoa o primeiro testemunho do bem e do mal. Eis duas afirmações que devem ser guardadas como um tesouro e defendidas da ambiguidade a que se proporcionam. Nos nossos tempos modernos de afirmação da liberdade, muitos abusaram da consciência moral, alguns dos melhores chegaram às raias do escândalo. Em alguns, existe mesmo a tentação de, por medo, apoucar o ser humano e a sua dignidade moral.

Entre os primeiros, podemos observar como se faz do testemunho da consciência uma justificação da pura iniquidade. Eis um texto significativo. "O antigo oficial nazi Erich Priebke, de 85 anos, condenado a prisão perpétua pela sua participação, em Março de 1944, na chacina das Fossas Ardeatinas, recusou, no domingo, a hipótese de se arrepender em público... Voltou a justificar a sua participação naquele assassinio em massa de 335 civis italianos, entre os quais 75 judeus, dizendo que 'obedecer a ordens era uma coisa terrível, mas não se podia fazer outra coisa'. Para reforço do seu argumento, Priebke deu como exemplo 'os pilotos americanos que tiveram, há poucos dias, de matar, com mísseis, crianças em Bagdad'"<sup>1</sup>. Independentemente de qualquer juízo definitivo sobre a pessoa que as profere, podemos dizer que esta justificação do mal corresponde a um típico mal-

---

<sup>1</sup> *Diário de Notícias*, 12. 1.1999, p. 42.

entendido sobre a consciência moral. Enquanto que na grande tradição cristã, a consciência era a voz de um sujeito situado frente-a-frente com o Absoluto de Deus, integrado numa comunidade confessante e identificado com o Cristo Redentor da liberdade humana, na modernidade torna-se a voz de um sujeito que se emancipou de todas essas referências até bater as asas no vazio existencial.

Entre os observadores do nosso tempo atribulado que levam as nossas afirmações sobre a grandeza da consciência moral até às fronteiras do escândalo, encontramos a filósofa Hannah Arendt. Vejamos este passo de uma obra sua. “Nos países civilizados, a lei supõe que a consciência de cada um lhe diga: “Tu não matarás”, mesmo que cada indivíduo tenha, algumas vezes, tentações ou desejos assassinos. Pelo contrário, a lei do país de Hitler exigia que a consciência de cada um lhe dissesse: “Tu matarás”, mesmo que os organizadores de massacres soubessem perfeitamente que o assassinio vai contra a vontade e o desejo da maioria das pessoas. No Terceiro Reich, o mal tinha perdido este atributo pelo qual se o reconhece geralmente, ou seja, o carácter de tentação. Numerosos alemães, numerosos nazis, talvez até a imensa maioria deles, deviam ter sido tentados a não matar, a não roubar, a não deixar partir os seus vizinhos para a morte (...) e a não se tornar cúmplices destes crimes, beneficiando deles. Mas Deus sabe se eles aprenderam depressa a resistir à tentação”<sup>2</sup>. Diante de factos como estes, a afirmação teológica de que a consciência moral é o primeiro testemunho do bem é compelida a justificar-se. A voz da consciência é própria da pessoa, muito embora a sua pertinência se deva a uma Palavra que vem de mais longe. O conhecimento moral de que se trata na consciência moral é um reconhecimento de algo precedente.

Entre os que apoucaram a consciência moral, podemos enumerar aqueles que, por medo, fazem dela uma justificação para a ignorância e a mediocridade. J. Ratzinger recorda o exemplo, quase caricato, de um teólogo moralista, certamente tuciorista rígido, que dava muitas graças a Deus por muitos pagãos de boa fé não se converterem ao cristianismo, uma vez que não seriam, em tal caso, capazes de cumprir os mandamentos da moral

---

<sup>2</sup> H. ARENDT, *Eichmann à Jérusalem. Rapport sur la banalité du mal*, Paris 1997, 244 s.

cristã, acabando por ter um destino eterno de condenação, quando se podem salvar de boa consciência... errónea! <sup>3</sup>

Estas observações iniciais colocam-nos em pleno centro da problemática relativa à consciência moral. Podemos perguntar como é que a maior das aquisições da ética pode dar origem a tantas perplexidades. Como foi possível que a consciência moral, expressão da grandeza e dignidade do ser humano, possa aparecer como expressão do fechamento, responsável ou irresponsável, à realidade do bem e da verdade? A resposta a estas questões parece-nos que se encontra o esquecimento de que a consciência moral, antes de ser um juízo categorial sobre os actos humanos, é uma expressão da própria pessoa humana alinhada com o absoluto de Deus, sua origem e seu fim, ou, numa linguagem mais personalista, expressão do frente-a-frente do ser humano com o misterioso Outro que o constitui pessoa responsável, aberta à realidade pluriforme do bem e da verdade.

### **1. A consciência moral apoucada**

A responsabilidade do esquecimento da dimensão transcendental da consciência moral é atribuível a vários factores. Primeiramente, é da responsabilidade da própria teologia.

1.1. A teologia, até um passado recente, fez da consciência moral uma faculdade do indivíduo para apreender a objectividade moral, contida em leis, costumes, pronunciamentos do Magistério da Igreja. Diziam os compêndios: "A consciência (conscientia) é essencialmente um juízo prático da razão sobre a moralidade das próprias acções" <sup>4</sup>. Ter consciência significa apreender as leis morais, pois a consciência é vista como uma "serva da lei". Consciência é o último juízo prático, num sentido puramente aplicativo da lei, sem referência a qualquer densidade subjectiva. Formar a consciência significa informar a pessoa sobre todos as normas morais provenientes da autoridade, do costume, da tradição. Este esquema funcionou no contexto de uma cultura

---

<sup>3</sup> J. RATZINGER, *Elogio della coscienza*, in *Il Sabato*, a. 14, n. 11, 16. 3. 1991, pp. 82-93.

<sup>4</sup> G. MAUSBACH, *Teologia morale*, ed. de G. Ermecke, Alba, Paulinas, 1956, p. 157.

homogénea em que havia evidências éticas partilhadas pela cultura comum. Uma tal visão pressupunha, por outro lado, que a consciência moral dá ao homem um conhecimento directo do valor moral, coisa que de que as ciências humanas, com algum acerto, nos ensinaram a desconfiar. É fácil de ver que uma tal teologia da consciência opera um curto-circuito ao passar de maneira acrítica entre a universalidade da objectividade moral e o aqui e agora do indivíduo. Sabemos que esta passagem é mediada por uma subjectividade complexa, situada historicamente e culturalmente e, por conseguinte, sujeita a muitas perdas que levam ao fracasso moral. Esta visão contém incorrecções do ponto de vista teológico e antropológico, ao desconhecer o obscurecimento da capacidade moral do ser humano causado pelo pecado original. Além disso, conceber deste modo a consciência moral é desconhecer o sentir da cultura de hoje, na sua tendência para o estético mais do que para o racional, bem como a sua capacidade de compreender fragmentária e, portanto, pouco dada a assimilar a universalidade de uma ordem moral abstracta.

1.2. Além desta versão da teologia clássica, existem correntes de teologia mais recentes que têm como consequência um igual apoucamento da consciência moral. Trata-se daqueles teólogos que, com preocupações de rigor e de clareza, distinguem entre bondade moral e justeza moral. A primeira é uma qualidade do sujeito, ao passo que a segunda é qualidade dos actos morais. Em rigor de termos, a ciência moral ocupa-se somente do segundo aspecto, enquanto que o primeiro aspecto diz respeito à parênética. Não se trata aqui de julgar do valor deste ponto de vista ético-teológico nem de avaliar os seus pressupostos tipicamente modernos (colocação da "realidade" do sujeito entre parêntesis para se ocupar somente das manifestações do sujeito, os actos morais), mas de mostrar que representa um modo de ignorar a dimensão de profundidade da consciência moral e de fazer dela, quando muito, uma expressão do juízo moral em situação<sup>5</sup>.

1.3. Outra visão de consciência moral apoucada é aquela que está patente num pensamento e numa cultura que podemos cha-

---

<sup>5</sup> Cf. D. CAPONE, *La teologia della coscienza morale nel Concilio e dopo il Concilio*, in *Studia Moralia* 24 (1986) 221-249.

mar "racionalismo dogmático". É representada por aquela mentalidade comum na modernidade e que se caracteriza pela acentuação unilateral da subjectividade individualista do homem que se sente totalmente autor dos valores morais. Esta atitude provém de numa preocupação por secularizar toda a realidade, quer dizer, livrá-la de todo o vestígio de sagrado ou de religioso, entendido como realidade inautêntica. A consciência formada desta maneira confia somente no verificável pelas ciências e não conhece outro critério de verdade que não seja um vago conceito de progresso linear da história. Por isso, rejeita todas as outras fontes de conhecimento, seja a autoridade, seja a tradição, o Magistério da Igreja. Esta atitude é visível nalguns sectores elitistas de cristãos, mas é sobretudo a atitude dos modernos que confiam na razão e são comandados pela razão galopante da modernidade. O valor moral que deve ser estimado é a autonomia do homem, entendida como subjectividade criadora dos valores e como crítica emancipatória em relação a toda a forma de carisma ou de autoridade, os quais são apenas a máscara da prepotência do dominador<sup>6</sup>.

Mais recentemente, podemos identificar outra forma de consciência que é a do subjectivismo nihilista. Esta é típica dos chamados "pós-modernos". É sabido que a pós-modernidade é uma definição de um estado de coisas bastante confuso. Porém, quanto à moral, representa uma estetização da vida, em que tudo é avaliado conforme o efeito prazenteiro no sujeito. A ética torna-se estética, o valor torna-se bem-estar. G. Lipovetsky fala justamente de "uma ética indolor", de uma democracia anárquica, de um declínio da lei e da instituição e do dever<sup>7</sup>. Em alguns grupos mais típicos deste modo de pensar, mesmo as normas científicas, higiénicas ou de protecção da saúde deixam de ter validade. Enquanto que o individualismo clássico pretendia ser uma forma de dignificação do indivíduo, pela sua elevação à autonomia moral, o individualismo pós-moderno é solipsista, fazendo do "ego" a realidade final do valor moral e elegendo como critério de validade justamente aquilo que gratifica uma

---

<sup>6</sup> Exemplo típico desta maneira de colocar a questão moral é o livro: J. MONOD, *El azar y la necesidad*, Barcelona 1971.

<sup>7</sup> G. LIPOVETSKY, *La crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*, Paris 1992.

procura de sensações anárquica. Esta atitude tem antecedentes remotos em F. Nietzsche. Passando adiante da caricatura, verifica-se que a consciência se torna apenas apreensão estetizante da realidade.

Nestes caminhos morais, podemos dizer a modo de balanço, está patente um modelo de consciência moral que, ignorando o alinhamento da pessoa com a dimensão transcendental da sua existência, são caminhos permeáveis à auto-justificação de um sujeito perante as maiores atrocidades. Ignorando a abertura à verdade, por muito difícil que seja a realização histórica desta, são um ensimesmamento do ser humano nos fantasmas da sua subjectividade, tanto versão de subjectividade medíocre, como de subjectividade megalómana. Num e noutro caso é uma subjectividade fechada à grandeza do bem é à sublimidade da vocação do ser humano à transcendência.

Para lá destes discursos redutores, a consciência moral permanece uma realidade cheia de sentido. A Constituição Conciliar *Gaudium et Spes* afirma-nos claramente que consciência moral quer dizer abertura à Transcendência e à verdade: "Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais seres humanos, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a recta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objectivas da moralidade" (GS, 16). O próprio Papa João Paulo II o reitera, de uma forma belíssima: "Nenhuma autoridade humana tem o direito de intervir na consciência de um ser humano. Esta é o testemunho da transcendência da pessoa no confronto com a sociedade e, como tal, é inviolável. Ela, porém, não é um absoluto, colocado acima da verdade e do erro; pelo contrário, a sua íntima natureza implica a relação com a verdade objectiva, universal e igual para todos, que todos podem e devem buscar. Nesta relação com a verdade objectiva encontra justificação a liberdade de consciência, enquanto condição necessária para uma procura da verdade digna do homem e para a adesão a ela, quando for adequadamente conhecida"<sup>8</sup>. Tentemos construir uma pequena teo-

---

<sup>8</sup> JOÃO PAULO II, *Se queres a paz, respeita a consciência de cada homem*. Mensagem para o Dia Mundial da Paz, 1991.

logia da consciência moral onde esta realidade apareça em toda a sua grandeza como expressão da dignidade moral do ser humano. Começemos por alguns exemplos narrativos.

## 2. Testemunhos narrativos da consciência moral

A manifestação mais originária da consciência moral, tanto ao nível dos indivíduos como das culturas conhecidas, é a acusação pelo mal cometido, sob a forma de remorso ou da chamada "má consciência". Porém, aqui interessa-nos pôr em evidência o seu aspecto de guia existencial na procura do bem e da verdade. Podemos encontrar eminentes testemunhos narrativos disso mesmo, mesmo ressaltando sempre o carácter situado e particular dos exemplos biográficos. Para lá de toda a ambiguidade, podemos dizer que o juízo da consciência moral de alguns personagens foi uma manifestação do bem absoluto, o testemunho da verdade, que nos mostra a grandeza e a dignidade do ser humano. Sem falarmos do testemunho da consciência filial e da consciência messiânica de Jesus (que são formas de consciência moral no sentido profundo que aqui nos ocupa), que é um caso único no seu género, como sabemos, embora fosse muito interessante perspectivar a cristologia desde este ponto de vista, vejamos alguns casos, tanto da realidade como da ficção.

2.1. *Antígona*, da tragédia de Sófocles, aparece-nos como testemunho da consciência moral quando enfrenta o tirano Creonte, afirmando que, antes das leis positivas, existe uma instância moral mais originária e com precedência em relação a estas. À pergunta sobre a razão da sua desobediência ao decreto real, eis como responde: "Não foi Zeus que promulgou para mim essa proibição, nem tão pouco foi Nikê (...) quem promulgou semelhantes leis dos homens; e não pensei que os teus decretos (...) pudessem ter a primazia sobre as leis não escritas e imutáveis dos deuses (...) Se apesar de tudo se te parece que agi como uma insensata, bom será que saibas que é seguramente louco quem me trata de louca"<sup>9</sup>. Mais elaborado é o caso de Sócrates

---

<sup>9</sup> SÓFOCLES, *Antígona*, in *Clássicos do teatro grego*, Lisboa, Ediclube, 1991, p. 108 s.

que enfrenta o poderosos sofistas, moralmente relativistas, em nome de um bem absoluto que lhe aflora ao espírito racional e que o faz dispor mesmo da vida física para o testemunhar através do juízo da sua consciência.

**2.2.** Existem mártires cristãos que são típicos exemplos de uma aguda ligação da consciência ao Bem e à verdade. É o caso paradigmático de Tomás More. Para lá de toda a intriga histórica, não se pode dizer que o seu conhecido gesto fosse minado por qualquer interesse ou por fanatismo político ou religioso. A sua atitude de recusa em justificar as pretensões do Monarca, mostra como a verdade e o bem afloram de maneira claríssima ao espírito de alguns seres humanos.

**2.3.** Creio que teria muito interesse seguir os exemplos de J. H. Newman e de Leonardo Coimbra que, de modo positivo, quer dizer em estrito amor à verdade, seguiram a sua consciência para darem o seu assentimento à confissão católica da fé. Do primeiro, é conhecido o passo da sua Carta ao Duque de Norfolk em que se trata de um hipotético brinde à religião: "Se tevesse de fazer um brinde à religião, no decurso de um banquete, coisa que, de resto, não é muito indicada, então brindaria ao Papa. Porém, primeiramente brindaria à consciência e seguidamente ao Papa". A expressão é significativa na pena de um homem que se fez católico por fidelidade à consciência moral e que tinha a pior ideia sobre o estado da Igreja católica do seu tempo. Significativo ainda porque o contexto das suas palavras não é qualquer cedência de tipo liberal, uma vez que passou toda a sua vida a combater as ideias do liberalismo<sup>10</sup>. O caso de Leonardo é um caminho complexo que começou pelo voluntarismo de ordem moral, se foi abrindo progressivamente ao frente-a-frente com a transcendência, até desaguar na confissão da catolicidade da fé e a ser recebido na Igreja Católica. Belo percurso de abertura à verdade, superando todas as tentações subjectivistas do pensamento<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Cf. RATZINGER, *Elogio*, p. 88.

<sup>11</sup> Cf. A. PINHO, *Leonardo Coimbra – Biografia e Teologia*, Porto 1999; J. TEIXEIRA DA CUNHA, *A moral em "O Criacionismo"*, in *Filosofia e ciência na obra de Leonardo Coimbra*, Porto 1994, 201-212.

Consciência, pois, ora como impugnação do viver errado e do fechamento do ser humano na sua suficiência; ora consciência como guia de uma vida moral à procura do absoluto, através de uma biografia com sentido. Passamos agora a uma parte construtiva, tendo em vista mostrar como a abertura ao religioso cristão e à revelação cristã tem um benefício evidente para a conformação da consciência moral.

### 3. A dimensão transcendental da consciência moral

O caminho da reabilitação da consciência moral, enquanto expressão da grandeza e dignidade moral do ser humano passa pela afirmação convicta da sua dimensão transcendental. É o esquecimento desta dimensão que torna o homem como agente moral permeável ao desvio autojustificativo e, conseqüentemente, ao erro culpável. O desenvolvimento destas afirmações necessitaria de um grande espaço. No contexto desta alocução, podemos apenas justificá-la por alguns acenos muito resumidos.

3.1. A Escritura testemunha com muita convicção a dimensão de profundidade da consciência moral. No Antigo Testamento, é o tema do "coração" que transmite esta ideia. Quando se fala de "coração" refere-se o ser humano, na totalidade das suas dimensões, provido de responsabilidade moral, no interior da comunidade crente e diante de Deus. Por sua vez, a palavra técnica "syneidesis" aparece somente nos textos tardios do Antigo Testamento e nos Escritos Paulinos. A respeito do uso paulino deste conceito, escreve S. Cipriani: "Paulo é o inventor da mais significativa doutrina da interioridade e responsabilidade moral do homem, referido ao padrão (moral) mais elevado introduzido pela vinda de Cristo ao mundo"<sup>12</sup>. Podemos dizer que a revelação cristã inclui a afirmação da dignidade da consciência moral enquanto primeira medida, embora não única nem isolada, do bem moral.

---

<sup>12</sup> S. CIPRIANI, *La coscienza*, in *Antropologia biblica e morale*, Napoli 1972, p. 97 s. Citamos este passo de acordo com a obra: S. MAIORANO, *La coscienza. Per una lettura cristiana*, Cinisello Balsamo 1994, onde se pode encontrar uma boa exposição da teologia positiva da consciência moral.

A teologia dos Padres da Igreja recolheu este dado. Eis um texto de síntese de um Autor muito experiente: "Se o conjunto dos escritores cristãos dos primeiros séculos falou em termos tão elevados e mesmo enfáticos do guia seguro – e mesmo indefectível segundo alguns – que é a consciência em nós, é porque tiveram um sentimento muito vivo do carácter funcional e de algum modo transcendente desta faculdade providencialmente dada ao homem por Deus. Não se trata de magnificar o homem isolado, mas de ver nele a obra de Deus. O "juiz incorruptível" está em nós mesmos, a "lei do coração" está em nós mesmos, e todavia um e outra pronunciam-se e decretam em nós independentemente de nós, ou mesmo contra nós. Uma finalidade tende assim a afirmar-se desde dentro do nosso ser, às vezes imperiosa, outras vezes nostálgica, sempre ciosa da sua superioridade sobre os nossos objectivos puramente individuais"<sup>13</sup>. A visão moral do ser humano enquanto "consciência" é, sem dúvida, uma das aquisições mais importantes que o cristianismo deu à civilização. Tesouro difícil de guardar e difícil de fazer viver. E, no entanto, é nele que assenta a pastoral (ou devia assentar) a pastoral da Igreja e o contributo a dar à cultura de todos os tempos.

**3.2.** "Sindérese" era o nome que os teólogos da grande tradição teológica davam à dimensão transcendental da consciência<sup>14</sup>. A sindérese representava, para os Medievais, precisamente esta dimensão profunda de sintonia do ser humano com a verdade e o bem. Todo o ser humano possui, de forma inata, uma intuição dos primeiros princípios da lei natural, ou seja, um conhecimento e uma inclinação imediata para o bem. Sabemos que a Constituição *Gaudium et Spes* a recuperou no seu famoso n. 16: "No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e à fuga do mal, soa no momento oportuno na intimidade do seu coração; faze isto, evita aquilo. O homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus... A consciência é o centro mais secreto e o

---

<sup>13</sup> P. DELHAYE, *La coscienza morale del cristiano*, Roma 1968, p. 67. Citado em MAIORANO, *La coscienza*, p. 91.

<sup>14</sup> Cf. A. MOLINARO – A. VALSECHI, *La coscienza*, Bolonha 1971.

santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser”<sup>15</sup>.

Um autor como J. Ratzinger propõe que usemos a terminologia platónica da “anamnese” em substituição da obscura “sin-dérese”. Esta anamnese refere-se à pressuposição de que o ser humano é feito para o amor do outro e do seu Criador, para um reconhecimento da diferença entre o bem e o mal, de modo originário, mesmo antes de chegar a esse estado pelo esforço e pela disciplina. A intuição da responsabilidade moral é tão originária como a anamnese do Criador e consituem o instituinte originário da humanidade vista como valor. Desde o ponto de vista teológico, trata-se de afirmar que a consciência moral é feita, antes de tudo o mais, desta profunda ligação a Deus como mistério do mundo, enquanto bem e valor que atrai. Isto é também uma expressão da dignidade última do ser humano, a sua vocação-atracção para a Transcendência. Não certamente de uma forma abstracta, mas como bondade que sempre chama, de forma histórico-salvífica nas palavras e no rosto concreto de Jesus Cristo.

Para compreendermos a consciência moral correctamente, temos, por conseguinte, de repensar Deus como sumo bem, não num sentido estático e deísta, mas como sumo bem moral realizado na história humana, no coração do mundo, e para sempre próximo do ser humano. Este ponto de partida equivale a uma arquitectura teológica que tenha como trave-mestra a escatologia, entendida como humanidade consumada na sua relação coma divindade, acontecida na páscoa de Jesus.

Sabemos como, do ponto de vista antropológico e psicológico, a liberdade e amor são a origem da pessoa. Por isso, enquanto que os Medievais falavam da origem da consciência moral como uma intuição originária dos primeiros princípios éticos, nós podemos dizer que a consciência nasce quando a pessoa re-corda a sua origem na liberdade e no amor revelado em Cristo. O encontro com o mistério de Cristo informa a consciência moral porque, na sua vida humana e na sua morte ressuscitante, Jesus Cristo viveu a consumação da liberdade humana para o bem. Desse modo, Deus é, no mundo, o sumo bem sempre

---

<sup>15</sup> Para uma história e comentário deste passo, cf. o artigo de D. Capone cit. na n. 5.

actual. A teologia chama vê este mistério como geração do Filho de Deus no mundo. Cristo recebe e dá a sua liberdade a Deus por geração divina. Nesse processo, é redimida a maldade e o pecado do homem, porque, em Jesus, a humanidade viveu a abertura à graça redentora, livremente e filialmente. Na sua humanidade livremente glorificada, Jesus habita o coração do mundo, quer dizer, o seu centro profundo e futuro. Ele não é apenas o "lógos" mas também e de forma coincidente, o "nómos" da realidade. Desde esta dimensão escatológica do mundo, a bondade oferece-se a todos os seres humanos, através da palavra, do sacramento e da caridade, que inauguram incoativamente o mundo messiânico e definitivo. Mesmo na sua criação, o homem já está suspenso da bondade, para a qual existe, desde sempre, orientado. É isso o sentido da conhecida afirmação de S. Paulo em Rm 2, 14 s.: "Quando, portanto, os pagãos, quem não têm a lei, por natureza agem segundo a lei, eles, mesmo não tendo a lei, são lei para si mesmos. Eles demonstram que o que a lei prescreve está escrito nos seus corações, como decorre do testemunho da sua consciência...".

A tradição teológica mostra de muitos modos este sentido de que o ser humano leva em si mesmo uma cintila da bondade divina que o encaminha para a verdade e para o absoluto. É tema do amor colocado na alma, de S. Basílio, da lei nova como graça de Santo Agostinho e assim por diante.

Falar da consciência deste modo não é reivindicar um autismo solipsista, mas uma abertura à verdade que é feita da dimensão teológica mais genuína. Um homem insuspeito de crença como N. Hartmann pode compreender perfeitamente do que se trata: "A assim chamada voz da consciência é uma forma principal da consciência (psicológica) primária de valor, e o tipo e o modo, talvez mais originário possível, com o qual o sentimento de valor conquista no homem a sua validade. E o carácter enigmático próprio desta voz, que o sentir piedoso de todos os tempos concebeu como presença activa de um poder mais alto, como voz de Deus no homem, está perfeitamente em consonância com o conceito do apriori emocional. Uma voz que não fala se se a interroga, ou se se procura, fala só não interrogada, segundo uma ordem de leis própria, quando menos se espera. É claro que se trata de um poder autónomo e auto-operante no homem, que não está sujeito à sua vontade. É a activa e real pre-

sença de um poder mais alto, uma voz proveniente de um outro mundo – do mundo ideal dos valores”<sup>16</sup>.

**3.3.** Digamos ainda uma breve palavra sobre a ligação “sindérese-consciência”. É justamente a partir desta afirmação da dimensão profunda que ganha sentido a segunda dimensão da consciência, enquanto guia prático do comportamento. Esta é feita da capacidade de fazer uma juízo sobre as próprias acções. S. Tomás dizia que a sindérese se aplica aos actos humanos por uma tripla função: reconhecer (*recognoscere*), testemunhar (*testificari*) e julgar (*judicare*). O juízo da consciência, por sua vez, é feito dos seguintes elementos.

Primeiramente, o elemento intelectual. Esta dimensão realiza a tarefa de conduzir um juízo ético em ordem a identificar a norma da realidade, ou seja o caminho do bem (ou do mal) e a percorrer as etapas para o realizar em concreto. Em relação aos comportamentos, este juízo pode ser antecedente, concomitante e consequente.

Em segundo lugar, a consciência moral, que opera as escolhas estáveis (atitudes) e as escolhas em situação, desempenha uma função volitiva. Esta dimensão é central na vida moral. Este ponto, apesar de ser o mais importante da vida moral, não foi tão enfatizado pela tradição como o foi o do aspecto intelectual. Mas o que realmente existe nessa zona profunda onde nasce aquilo que chamamos a liberdade do ser humano é uma alquimia delicada pela qual a vontade assente ao bem que lhe é iluminado pela inteligência.

Existe ainda uma terceira dimensão que é a dimensão parentética. Aqui trata-se de ver como a consciência desempenha também a função de mover a inteligência e a vontade para o bem ou de censurar a pessoa por ter visto o bem e não ter seguido ou ter mesmo feito o mal. Esta dimensão representa uma síntese das anteriores. Parece que a Constituição *Gaudium et Spes* na segunda parte do n. 16: Essa voz que sempre o está a chamar a amar e a fazer o bem e a evitar o mal soa aos ouvidos do coração: Faz isto, evita aquilo”.

---

<sup>16</sup> Cit. in S. PRIVITERA, *Il volto morale dell'uomo. Avvio allo studio dell'etica filosofica e teologica*, Palermo 1991, p. 331.

#### 4. A formação da consciência

Entende-se por formação da consciência o elenco das condições em que o juízo moral é vinculativo, uma vez que percorreu todas as exigências de legitimação da sua autenticidade. Essas condições são comumente expressas pelas qualidades: verdade, rectidão e certeza aplicadas à consciência.

A rectidão refere-se ao alinhamento da consciência com a sinceridade do sujeito e ao assentimento volitivo pleno ao reino ideal do valor moral. A verdade, por sua vez, refere-se à coincidência entre a apreensão intelectual do valor pelo sujeito e a objectividade do mesmo. A certeza refere-se à superação da dúvida e à aquisição de uma segurança suficiente dentro de um universo como é o da certeza moral que é feito, pelo menos à decisões mais graves da vida, no meio de apreensões, perplexidades e dúvidas.

O caso da consciência é recta, verdadeira e certa é a situação óptima em que a consciência não pode ser ignorada pelo sujeito e tem todos os direitos de forma que não pode ser limitada por nenhuma autoridade. O sujeito tem o estrito dever de a seguir, mesmo que isso equivalha à desobediência a leis positivas ou ao afrontamento de autoridades. Estas, por sua vez, têm o dever de recuar quando têm diante um sujeito de consciência clarividente. Quando usam a força para o silenciar, como é o caso do castigo de dissidentes políticos face a regimes iníquos ou insuficientemente democráticos, isso é o máximo desrespeito pelos direitos do homem. Repare-se que esta consciência é regra próxima de moralidade, verificando-se que está em sintonia intelectual e volitiva com o reino ideal dos valores ou com a vontade de Deus, como regra remota objectiva. Esta consciência é rara e os sujeitos que a possuem sabem-na sempre perfectível. Só se encontra com bastante perfeição no profeta e no santo. O que acontece na vida corrente é que temos de justificar os direitos da consciência em situações imperfeitas.

No caso da consciência desprovida de rectidão, não é sensato pôr a questão dos direitos. O seu sujeito continua a ser inviolável, mas tem de ser circunscrito socialmente se os seus actos forem lesivos do bem público. Mais complexo é o caso da consciência recta e errónea, quer dizer, da consciência sincera no querer o bem mas equivocada quanto à apreensão da objectividade do bem.

Ainda aqui é útil clarificar que tratamos da consciência invencivelmente errônea, ou seja, da que não está na verdade por não ter condições objectivas de estar, pressupondo-se que fez todo o esforço para isso. Esta consciência é regra próxima de moralidade. Quanto aos seus direitos, dizemos que eles são intocáveis no foro interno, mas podem ser limitados a nível social, quanto os actos do sujeito puserem em causa o bem comum.

### **Conclusão**

Colocar a consciência moral no centro da teologia moral implica, primeiramente pôr em evidência a sua dimensão transcendental. Somente assim se evitarão os desvios subjectivistas e as justificações indevidas do mal. O autonomismo moderno e a errância pós-moderna não deveriam induzirmos a pôr em causa a centralidade da consciência na vida moral. Centrar a teologia na consciência moral, de preferência à ordem moral objectiva, foi um esforço de respeito pela dignidade do homem. Num primeiro momento isso não foi bem entendido e as pessoas medíocres desertaram da moralidade e muitas mesmo da fé e da Igreja. Muitos responsáveis da Igreja, é justo reconhecê-lo, abusaram do recurso à consciência para imporem aos fiéis exigências decorrentes da sua subjectividade.

Se alguma coisa pode fazer a teologia em prol da consciência moral, não seria simplesmente "ensinar a verdade" (aludimos aqui ao tema desta Semana Teológica), mas abrir a incomunicabilidade da cultura de hoje ao sentido do frente a frente com a Transcendência. Uma forma de superar aquilo que podemos chamar o "quietismo anómico" da nossa cultura seria propor um reconhecimento humilde da proximidade da Transcendência, a qual está na origem da pessoa e da intuição do bem moral.

Outra coisa que a teologia moral pode fazer é despertar a consciência moral para as suas exigências de direito. Isso é vantajoso em relação à simples urgência do cumprimento de leis jurídicas e ao correspondente processo de vitimização de pessoas e de grupos, que pedem a justiça a um sistema jurídico incapaz de a proporcionar mas não ousam jogar o trunfo poderosíssimo do testemunho corajoso da consciência moral em favor da justiça.

Entre outros caminhos, a teologia poderia urgir a educação para a consciência moral. De facto, o nosso sistema educativo privilegia de maneira unilateral a razão teórica que descobre as leis necessárias da realidade e, mediante a técnica, torna competente para, em certa medida, intervir sobre elas. Porém, quase nada ensina sobre o outro aspecto da procura da verdade que é a "actividade prática", quer dizer, da acção responsável.

Nunca é de mais lembrar que a afirmação da consciência moral passa por um testemunho narrativo do Bem Absoluto, mediante uma vida sensata e mediante tomadas de posição proféticas em ordem à realização de exigências contidas nos deveres e direitos da consciência.

Se tivéssemos, para terminar, de fazer um brinde à maneira de Newman, poderíamos brindar à verdade que é da consciência, sem dúvida, mas antes disso e sobretudo à consciência que é da verdade precedente e libertadora. A verdade é da consciência, mas sobretudo é a consciência que é da verdade.